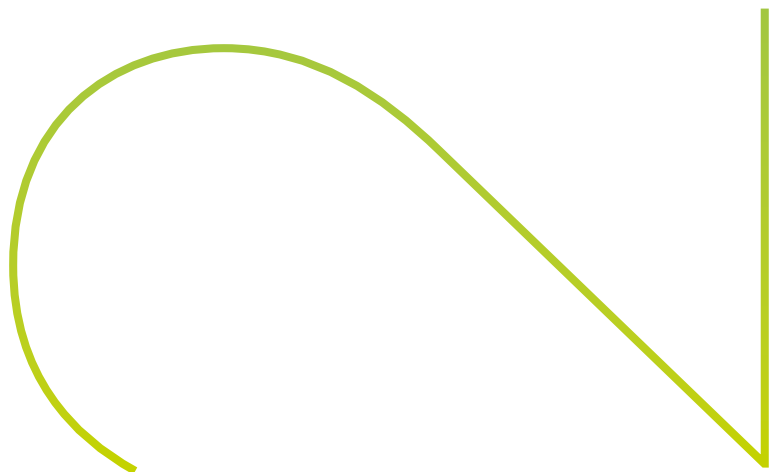
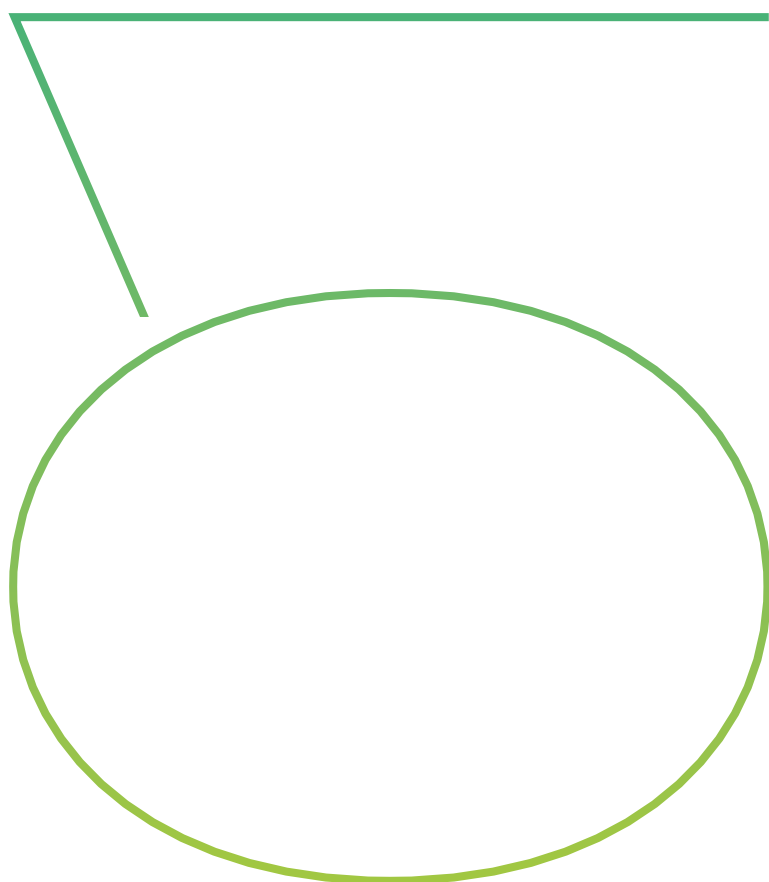
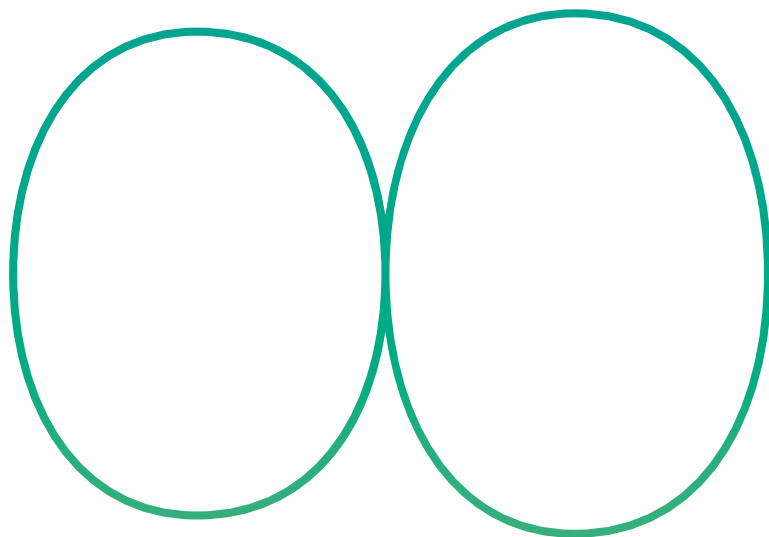


# RELATÓRIO DE GESTÃO



# ANEXO

Mensagem da diretoria e do conselho 04

Cenário econômico 06

Estrutura sistêmica 08

Nossa evolução 10

Governança corporativa 16

Demonstrações financeiras e contábeis 18

Parecer do conselho fiscal 44

Nossas agências 46

Mensagem da diretoria e do conselho

# Expansão orgânica.



A retomada da economia brasileira, de fato, não veio em 2018, mas o Sicoob Unisaúde Goiás conseguiu resultados interessantes em mais um ano de paralisa dos negócios e expansão dos investimentos. O que nos anima sobremaneira, pois em um cenário de maior crescimento, poderemos ampliar mais em serviços e produtos que estão encaixados em um processo de gestão revisado, enxuto e equilibrado. O ano de 2018 registrou novas quedas de taxa de juros – que atingiram o piso histórico – e tornou o crédito ofertado mais atrativo.

A cooperativa também promoveu a centralização da carteira de cobrança e o foco no relacionamento e nos negócios, que ajudaram a determinar o bom resultado apresentado neste relatório. Assim como nas demais cooperativas financeiras, o novo “motor de cálculo” de provisionamento de operações de crédito, novas regras do BC, e também a retração da remuneração a investidores de aplicações atreladas aos juros básicos foram movimentos que

caminharam em direção oposta aos bons momentos do ano.

O Sicoob Unisaúde Goiás, que pouco efeito teve em seus resultados por conta da crise, comemorou a ampliação em produtos e serviços, como seguros, consórcios, cartões de crédito, cheque especial e empréstimos. Um maior portfólio de produtos para empresas e uma leve ampliação da base de cooperados, fez também diferença no resultado agregado do período.

Destaca-se ainda que a cooperativa inaugurou nova agência em Rio Verde, moderna e icônica na cidade, o que colaborou decisivamente para a consolidação da nossa cooperativa. Os resultados expressivos do Sicoob Unisaúde Goiás nos credencia a maior expansão para regiões circunvizinhas a Região Sudoeste e Sul de Goiás e estados vizinhos.

**Muito obrigado a todos.**

## Cenário econômico

# Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas.

É fato que o cenário político sempre altera e afeta o cenário econômico. São dois setores que estão sempre ligados. Mas mesmo em momentos de turbulência, existem empresas e instituições que conseguem se destacar em meio ao conglomerado de "perdidos". Ano após ano, economistas são convidados a darem previsões sobre o cenário econômico brasileiro. E com tantas variáveis, prever sobre a economia é como prever sobre a meteorologia. Mas ainda assim, todas as projeções são de fundamental importância para os mercados e setor. Avaliar o cenário é dar perspectiva para que caminho seguir ou

que estratégia traçar. Prever para se adaptar ao que virá é o segredo de grandes empresas. Quando tudo parece que vai mal, mas com a gente está tudo bem. É essa a sensação que os cooperados Sicoob têm quando o assunto é economia, rendimentos ou investimentos. Num cenário econômico controverso, onde a economia se encontra em um estado de instabilidade devido às mudanças setoriais, o Sicoob foi na contramão e iniciou o ano de 2019 com resultados positivos de R\$ 3,12 bilhões, com um crescimento de 12,2% em relação ao ano anterior. A performance positiva se reflete

também nas operações de crédito bruto, que registraram R\$ 54,6 bilhões, um avanço de 20,4% em relação a 2017. Já os ativos chegaram a R\$ 104,2 bilhões com acréscimo de 15,2%.

Outro número relevante é o crescimento de novos cooperados: foram 616 mil em 2018, alcançando a marca de 4,4 milhões de pessoas que hoje contam com o amplo portfólio de produtos e serviços financeiros oferecidos pelas cooperativas.

Mas para entender o cenário atual é importante voltar ao início de 2018, quando todos esperavam um crescimento próximo a 3% ou até maior, no caso dos mais otimistas.

A base do cenário de crescimento do ano calcava-se em uma política monetária expansionista, somada a um significativo hiato negativo do produto, além das perspectivas de realização das reformas fiscais.

A realização dessas reformas traria impactos na redução da incerteza, do prêmio de risco e na melhoria das condições financeiras. Apreciação cambial e queda de juro longo, por exemplo.

Chegando ao final de 2018, a realidade foi que o crescimento ficou entre 1% e 1,5%, frustrando as previsões de início do ano.

Agora em 2019, a área econômica sinaliza uma breve apresentação da reforma da Previdência e propostas ousadas de privatização e abertura da economia, mais ligadas à produtividade.

A relação dívida pública / PIB, hoje em 76,7%, indica o risco de insolvência fiscal, os mercados continuam investin-

do em papéis do Tesouro, baseados na narrativa de que haverá uma reforma da Previdência.

É esperado que ela seja profunda e abrangente o suficiente para estabilizar em alguns anos essa relação, para em seguida colocá-la em trajetória de queda. Sem a reforma ou com um projeto livre de suas ambições, essa narrativa desmoronará, provocando rápida queda de confiança e fuga de capitais com todas as suas graves consequências, a principal delas a volta da inflação elevada e sem controle.

Por tudo isso, parece aconselhável que o governo, que já elegeu a reforma da Previdência como a prioridade máxima, adote uma sequência que evite estabelecer concorrência com as demais reformas. Nenhuma outra é tão fundamental. Todas as restantes podem esperar. O fracasso na reforma da Previdência e seus devastadores efeitos econômicos e sociais prejudicariam gravemente o capital político.



## Estrutura Sistêmica

### Confederação / Bancoob

- Ponta administradora
- Sicoob Seguradora
- Bancoob DTVM
- Cabal Brasil
- Sicoob Previ

### Cooperativa Central

### Cooperativa Singular

### Cooperados

#### Missão:

Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

#### Visão:

Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

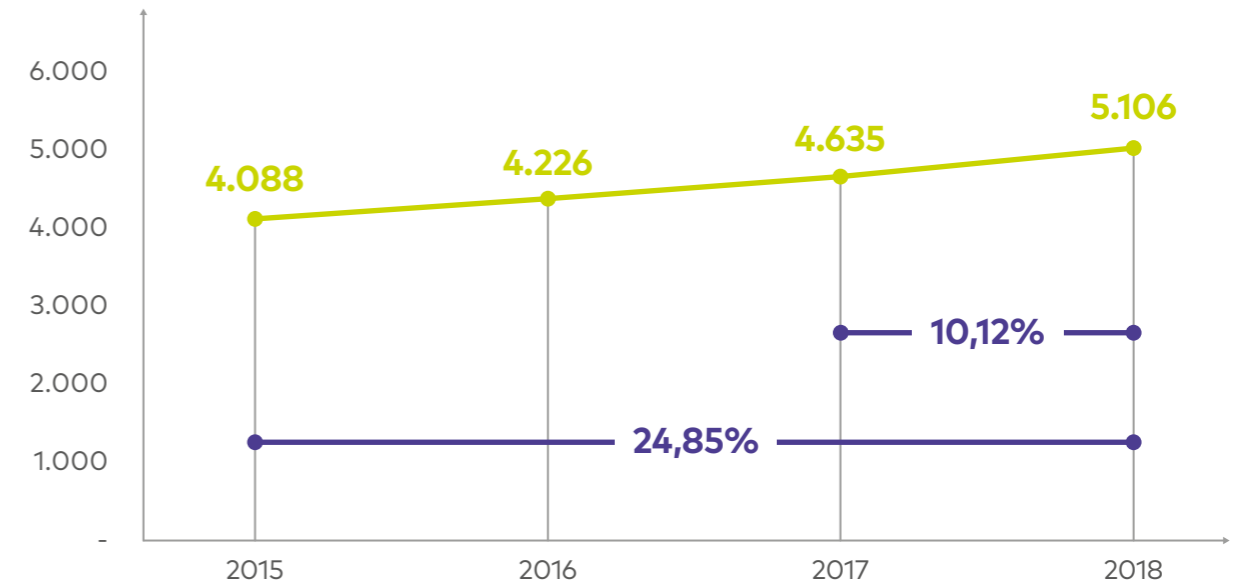
#### Valores:

Transparência;  
Comprometimento;  
Respeito;  
Ética;  
Solidariedade;  
Responsabilidade.

# Desenvolvimento em todos os números.

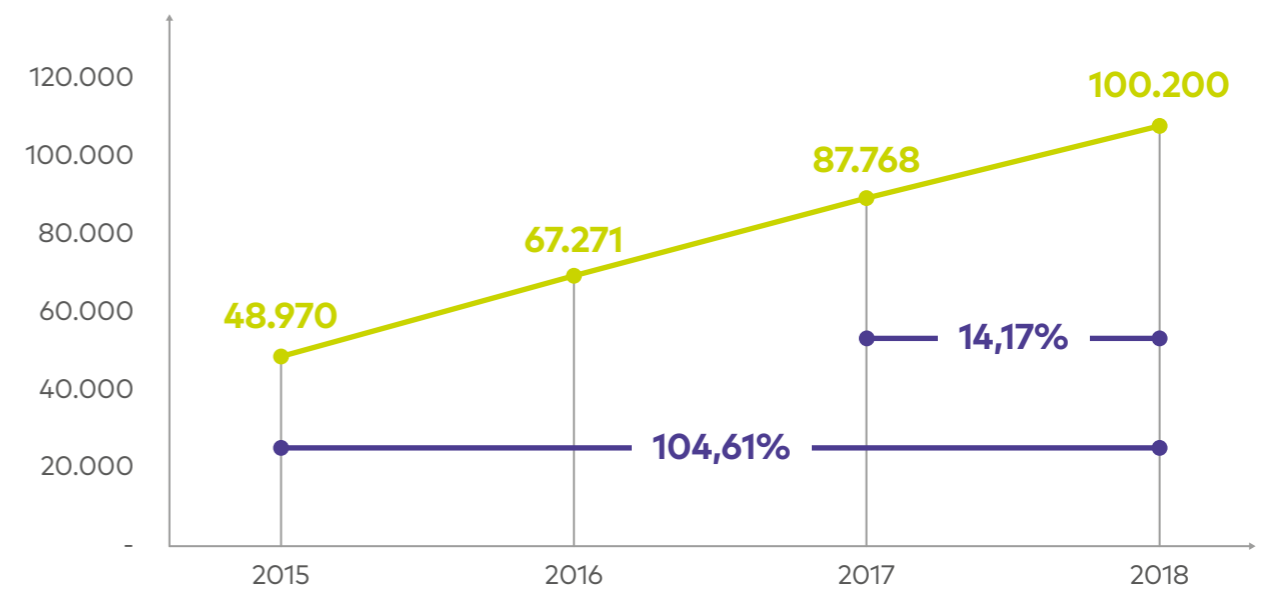


## Cooperados



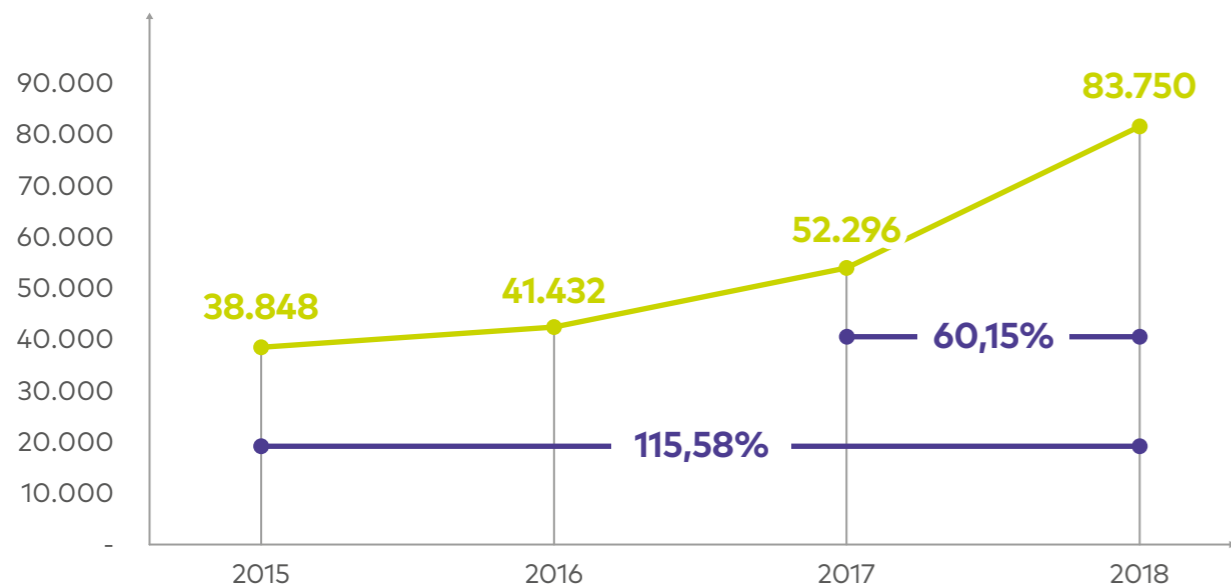
## Depósitos Totais

em R\$ mil



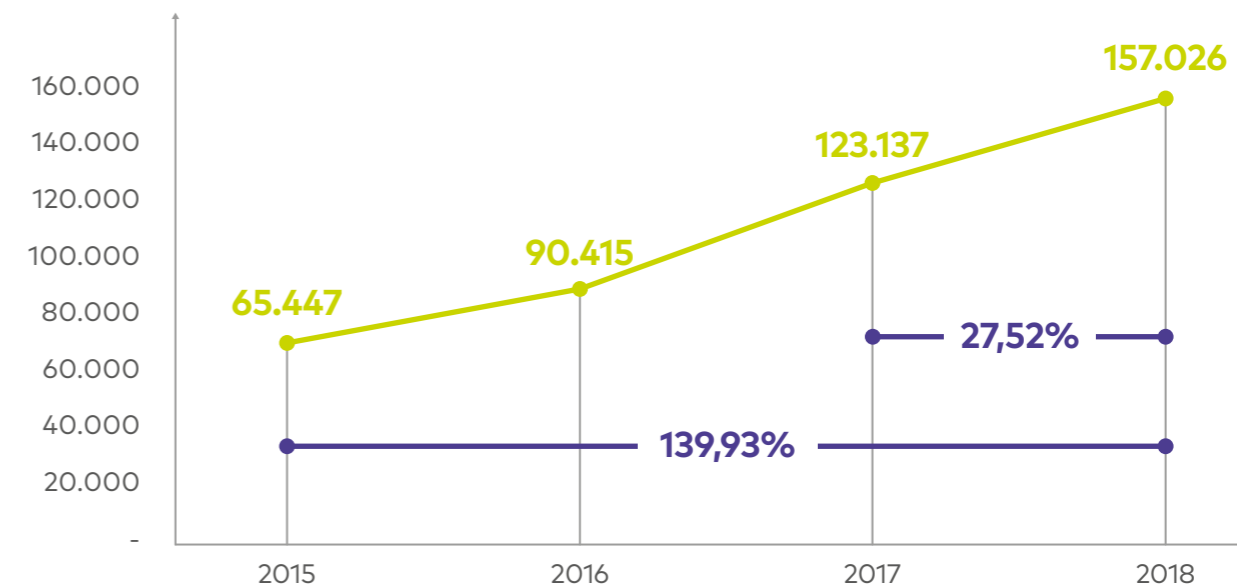
## Carteira de Crédito

em R\$ mil



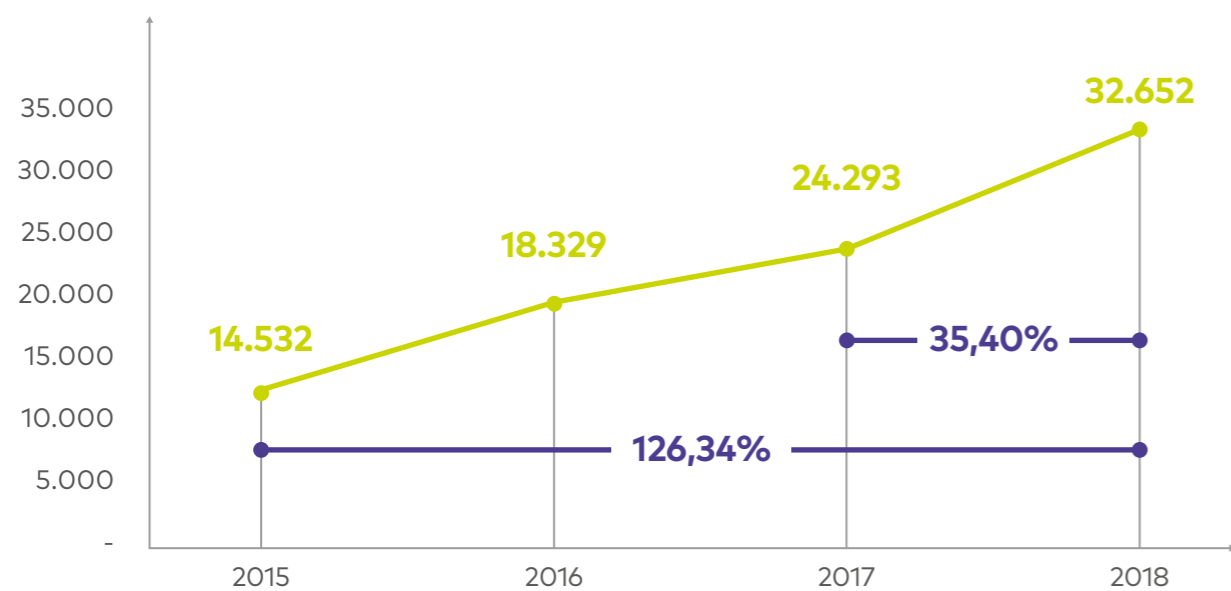
## Ativo Total

em R\$ mil



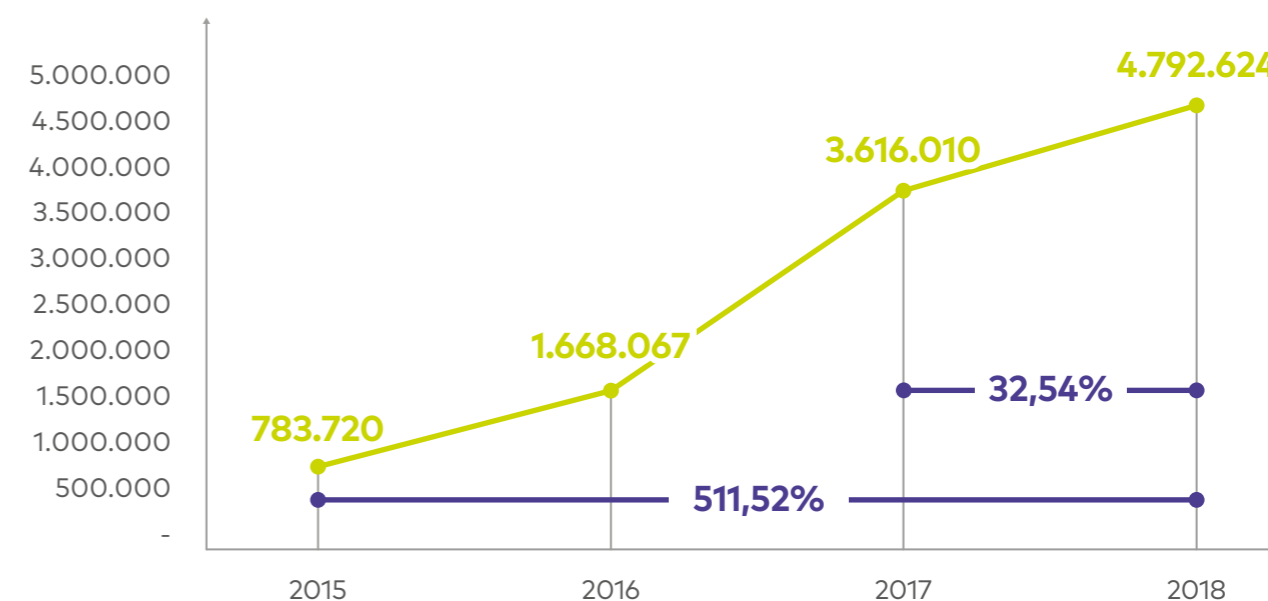
## Patrimônio Líquido

em R\$ mil

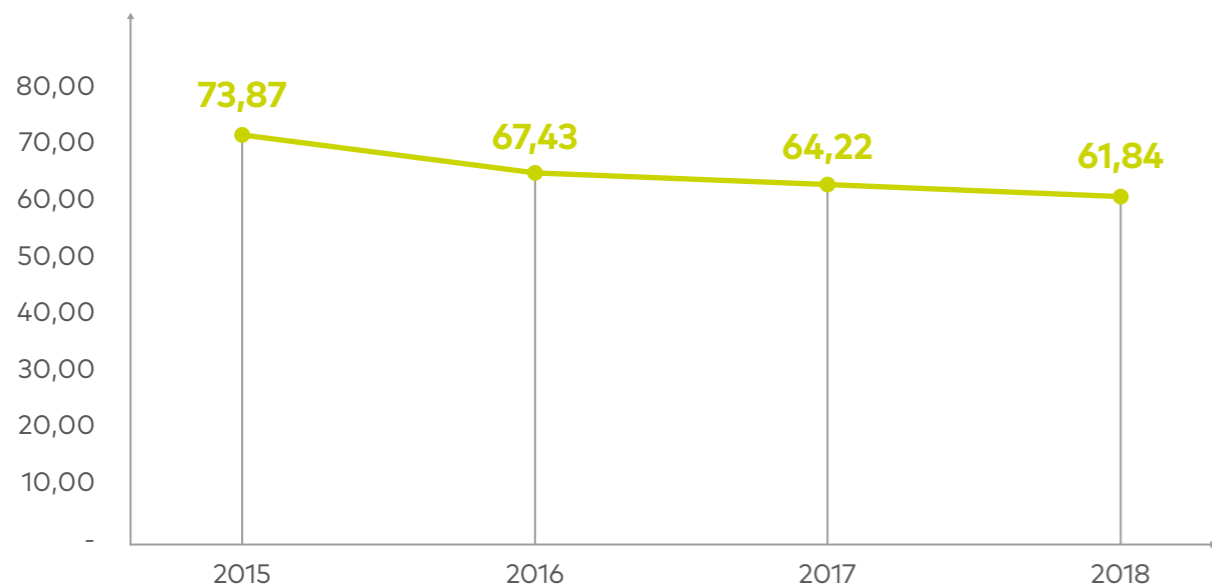


## Sobras do Exercício

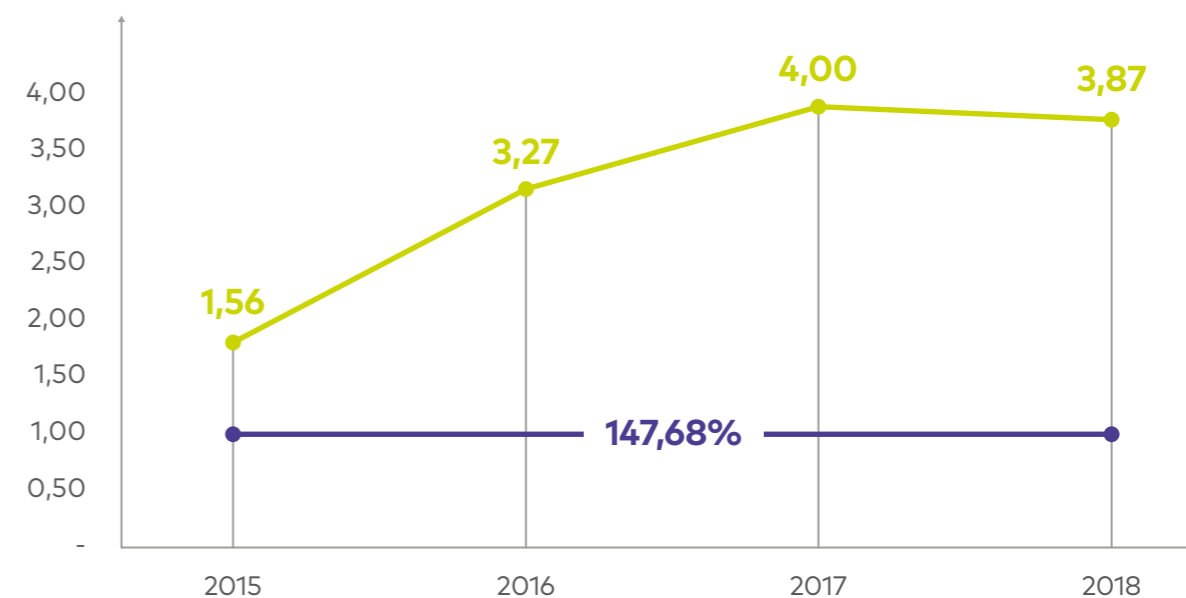
em R\$



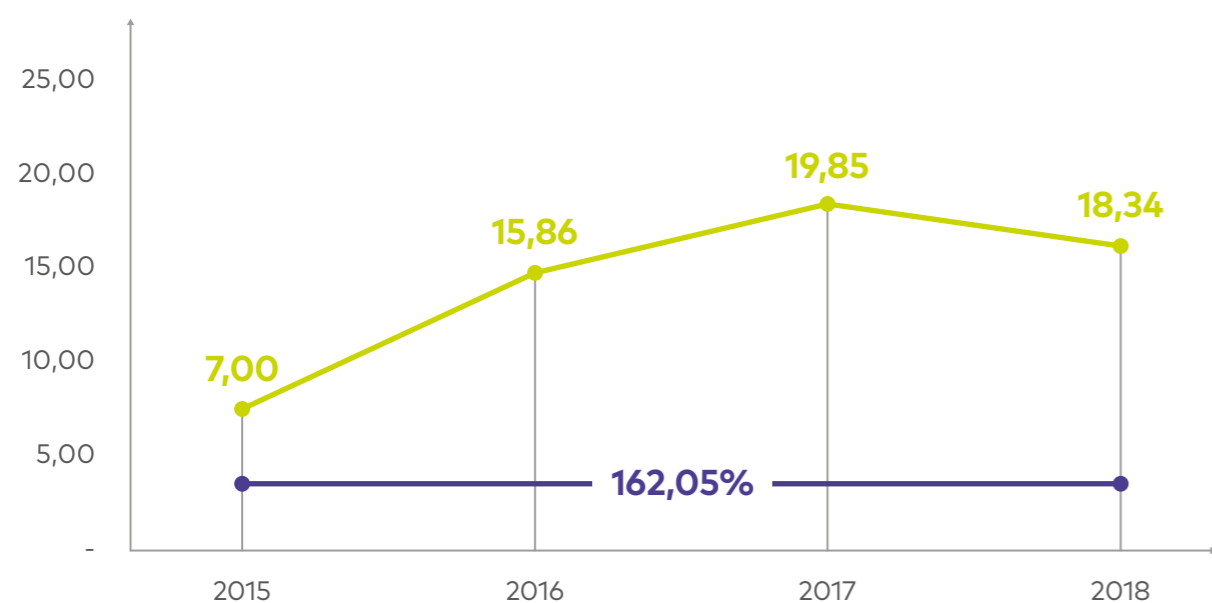
## Índice de Eficiência Padrão



## Rentabilidade sobre ATIVOS - ROA



## Rentabilidade sobre PLA - ROE



## Ganho Social - Renda Agregada 2018

PRODUTOS	SFN	SICOOB UNISG	GANHO	ACUMULADO
	Taxa Média Mensal	Taxa Média Mensal - PAD		
CHEQUE ESPECIAL PF	12,51%	9,00%	R\$ 2.999.985	R\$ 2.999.985
EMPRÉSTIMOS	3,15%	2,44%	R\$ 5.865.984	R\$ 8.865.969
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PF	1,67%	1,26%	R\$ 12.973	R\$ 8.878.942
TARIFAS PF <sup>1</sup>	R\$ 53,12	R\$ 12,97	R\$ 1.915.721	R\$ 10.794.663
CARTÃO CRÉDITO (ROTATIVO)	12,22%	N/D	R\$ 0	R\$ 10.794.663
CARTÃO CRÉDITO (PARCELADO)	8,53%	N/D	R\$ 0	R\$ 10.794.663
CONSÓRCIO <sup>2</sup> IMÓVEIS	18,96%	10,31%	R\$ 2.619	R\$ 10.797.283
CONSÓRCIO <sup>2</sup> VEÍCULOS	13,14%	8,89%	R\$ 2.087	R\$ 10.799.370
CONSÓRCIO <sup>2</sup> MOTOS	14,62%	11,35%	R\$ 28	R\$ 10.799.398
CONSÓRCIO <sup>2</sup> SERVIÇOS	14,40%	10,00%	R\$ 89	R\$ 10.799.487
CHEQUE ESPECIAL PJ	13,07%	9,00%	R\$ 2.026.364	R\$ 12.825.851
TÍTULOS DESCONTADOS	2,54%	2,37%	R\$ 110.171	R\$ 12.936.022
DEPÓSITOS A PRAZO	0,53%	0,50%	-R\$ 327.095	R\$ 12.608.927
FINANCIAMENTOS VEÍCULOS - PJ	1,22%	1,19%	R\$ 269	R\$ 12.609.196
FINANCIAMENTOS BENS E SERV. - PJ	1,22%	1,66%	-R\$ 932	R\$ 12.608.264
TARIFAS PJ <sup>3</sup>	R\$ 109,25	R\$ 11,30	R\$ 1.325.859	R\$ 13.934.123
RETORNO DE SOBRAS	NÃO TEM	R\$ 4.792.623	R\$ 4.792.623	R\$ 18.726.746
COOPERADOS SICOOB UNISAÚDE GOIÁS				5.104
<b>RENDA MÉDIA AGREGADA AO ANO</b>				<b>R\$ 3.669</b>

Fonte: Bancoob, Sicoob Confederação e Banco Central do Brasil.

Nota: Taxas do SFN (média do ano de 2018).

Elaboração: Sicoob Uni - Desenvolvimento Estratégico e Bancoob - Suest

<sup>1</sup>Tarifas SFN PF: valor médio "Pacotes Padronizados de Serviços III (Tabela II anexa à Resolução nº 4.196, de 2013)".

<sup>2</sup>Os valores de consórcios são calculados pela soma das cotas ativas no período de referência.

Taxas de adm. médias considerando o prazo total por segmento. Para efeito de cálculo considera-se a taxa de adm. mensal equivalente.

<sup>3</sup>Tarifas SFN PJ: média dos eventos (abertura de conta, cartão múltiplo, talonário cheque 10 folhas, extrato, DOC, TED, saque e pacote de serviços).

Informações sobre aquisição: em apuração.



# Governança corporativa.

## Conceitos Gerais:

A Cooperativa integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, composto pelas cooperativas singulares associadas às cooperativas centrais e por estas, filiadas à Confederação, bem como por aquelas instituições vinculadas ao sistema. Ou seja, o SICOOB, formado em três níveis, singulares, centrais e confederação, é coordenado pela CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DO SICOOB LTDA. – SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A Cooperativa possui e também participa de políticas e de mecanismos sistêmicos para incorporar a sustentabilidade em suas estratégias de negócios e gerenciar os principais riscos econômicos, sociais e ambientais que têm impacto sobre suas atividades.

Esse conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, permite aos associados definirem e assegurarem a execução dos objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade, perenidade e para o fortalecimento dos princípios cooperativistas.

## Neste contexto, a Cooperativa:

- desde sua constituição, evolui no seu modelo de Governança Corporativa, inicialmente pelo modelo 'monístico' [direção estratégica e gestão executiva pertencendo ao mesmo órgão de administração] e, desde a Assembleia Geral Extraordinária de 10/03/2017, utilizou o modelo 'dual' [segregação entre a direção estratégica e a gestão executiva];
- pela AG de 17/03/2016, aplicou o estatuto modelo sistêmico do Sicoob;
- desde 2016, participa e/ou patrocina a construção e a elaboração da política de sucessão e construção desse processo, composto pelos planos de Sucessão, de Recrutamento, de Seleção e de Capacitação, via das discussões pertinentes e sistêmicas – interna, local, regional e nacional;
- submissa ao princípio da 'obediência consentida', integra o SICOOB – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL, regendo-se, também por suas normas e pelas diretrizes sistêmicas (políticas, regimentos, regulamentos, manuais e instruções), adota e adere:

- ao SGR – Sistema de Garantias Recíprocas, observados os dispositivos estatutários e normativos atinentes;

- como forma operacional, à centralização financeira e de serviços disponibilizados pelo Sistema, regional ou nacional;

- ao compartilhamento e utilização de componente organizacional de ouvidoria único mantido pelo Bancoob, tendo como premissa garantir a qualidade do atendimento e a satisfação dos associados, clientes, fornecedores e usuários, ratificando o compromisso com a transparência nessas relações;

- ao monitoramento, à supervisão, à orientação administrativa e operacional sistêmicos, composto de:

- Controle Interno que, alinhado à estratégia corporativa e sistêmica, atua no gerenciamento de riscos e controles;

- Auditorias – Interna e Externa (de Balanço e Demonstrações Financeiras e Contábeis), que estão em conformidade com as regulamentações vigentes e em linha com as melhores práticas.

- na Segurança Institucional, apoia e contribui ativamente com ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro.

Com esse modelo de atuação, a Cooperativa e o Sistema asseguram a disseminação de seus valores e das boas práticas de governança corporativa e cooperativista, ao tempo em que garantem o alinhamento estratégico e a geração de valor para o seu quadro social.

## Estrutura de Governança:

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa é composta pelos seguintes órgãos sociais e estatutários: Assembleia Geral (AG), Conselho de Administração (CONAD), Diretoria Executiva (DIREX) e Conselho Fiscal (COFIS). O CONAD, composto de 9 membros efetivos com mandato de 4 anos, órgão colegiado, tem atribuições estratégicas, orientadoras, eletivas e supervisoras. Ou seja, o conselho define o caminho e monitora o percurso. Dentre os membros, um é o Presidente e outro o Vice-Presidente.

A DIREX, composta de 2 membros – Diretor-Presidente e Diretor Operacional, comporta as funções operacionais ou executivas.

Ao COFIS, composto de 3 membros efetivos e 3 suplentes, com mandato de 3 anos, compete a fiscalização da sociedade.

A AG elege os membros do COFIS e do CONAD e este, os membros da DIREX. A sucessão e renovação obedecem aos ditames e aos critérios estabelecidos – legais, estatutários e regimentais –, além das políticas e regulamentos afins.

A remuneração dos diretores e dos conselheiros é deliberada pela AG.



# Demonstrações financeiras e contábeis

## Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2018	2017	Discriminação	NOTA	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>104.825.323</b>	<b>96.472.142</b>	<b>Circulante</b>		<b>120.288.055</b>	<b>96.221.392</b>
Disponibilidades		997.750	684.006	Depósitos	13	100.200.868	87.768.369
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	05	1.139.922	-	Depósitos à Vista		23.493.443	18.106.209
Relações Interfinanceiras	06	58.959.371	60.743.379	Depósitos a Prazo		76.707.425	69.662.160
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		2.695	2.695	<b>Recur. de Aceites Cambiais / Letras</b>	<b>14</b>	<b>8.870.516</b>	-
Centralização Financeira		58.956.676	60.740.684	Relações Interfinanceiras	15	5.393.299	3.482.856
Operações de Crédito	07	42.289.452	33.792.988	Repasses Interfinanceiros		5.393.299	3.482.856
Operações de Crédito - Setor Privado		44.402.740	35.273.200	Relações Interdependências	16	2.003.260	1.573.854
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa		(2.113.288)	(1.480.212)	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.003.260	1.573.854
Outros Créditos	08	655.845	887.493	Outras Obrigações		3.820.112	3.396.313
Avais e Fianças		237.683	417.981	Cobrança e Arrec. de Trib. e Ass.	17a	22.387	17.029
Rendas a Receber		323.424	350.768	Sociais e Estatutárias	17b	1.341.911	1.272.650
Diversos		269.252	511.667	Fiscais e Previdenciárias	17c	305.167	270.187
(-) Provisão para Outros Créditos		(174.514)	(392.923)	Diversos	17d	2.150.647	1.836.447
Outros Valores e Bens	09	782.983	364.276	Exigível a Longo Prazo	17d	4.086.161	2.622.279
Outros Valores e Bens		506.152	241.661	Outras Obrigações		45.735	79.192
Despesas Antecipadas		276.831	122.615	Diversas		45.735	79.192
<b>Não Circulante</b>		<b>52.201.629</b>	<b>26.664.991</b>	Relações Interfinanceiras	16	4.040.426	2.543.087
Realizável a Longo Prazo		41.534.551	18.554.750	Repasses Interfinanceiros		4.040.426	2.543.087
Operações de Crédito	07	42.573.683	19.045.358	<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>32.652.736</b>	<b>24.293.462</b>
(-)Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	07	(1.112.411)	(542.044)	Capital Social	19a	22.698.931	18.653.018
Outros Créditos	08	73.279	51.436	Reserva de Sobras	19b	8.036.755	4.275.132
Investimentos	10	6.218.163	5.189.891	Sobras do Exercício	19c	1.917.050	1.365.312
Ações e Cotas		6.218.163	5.189.891				
Imobilizado de uso	11	4.381.181	2.789.162				
Outras Imobilizações de Uso		5.574.089	3.639.211				
Imóveis de Uso		157.821	174.321				
(-) Depreciações Acumuladas		(1.350.729)	(1.024.370)				
Intangível	12	67.734	131.188				
Softwares		378.766	370.333				
(-) Amortizações Acumuladas		(311.032)	(239.145)				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>157.026.952</b>	<b>123.137.133</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO</b>		<b>157.026.952</b>	<b>123.137.133</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Paulo Roberto da Silva  
Diretor Administrativo

Jefferson Limonge Souza  
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

## Demonstração das sobras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2018	2018	2017
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>20</b>	<b>11.451.140</b>	<b>21.410.280</b>	<b>17.480.439</b>
Operações de Crédito		11.413.421	21.345.843	17.480.439
Títulos e valores mobiliários		37.719	64.437	-
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(5.025.353)</b>	<b>(8.865.114)</b>	<b>(8.317.628)</b>
Operações de Captação no Mercado	13 b	(2.631.356)	(4.979.263)	(5.710.571)
Operações de Empréstimos e Repasses		(412.910)	(756.076)	(377.463)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.981.087)	(3.129.775)	(2.229.594)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>6.425.787</b>	<b>12.545.166</b>	<b>9.162.811</b>
<b>OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(2.901.217)</b>	<b>(6.309.827)</b>	<b>(4.209.268)</b>
Receitas de Prestação de Serviços		2.010.378	3.634.352	2.655.740
Despesas de Pessoal	21	(3.644.553)	(7.142.026)	(6.125.907)
Outras Despesas Administrativas	22	(3.647.700)	(7.244.408)	(5.877.420)
Despesas Tributárias		(88.837)	(167.330)	(135.389)
Outras Receitas Operacionais	23	2.840.951	5.353.228	5.958.319
Outras Despesas Operacionais	24	(371.456)	(743.643)	(684.611)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>3.524.570</b>	<b>6.235.339</b>	<b>4.953.543</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>25</b>	<b>(31.698)</b>	<b>(52.126)</b>	<b>92.702</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.</b>		<b>3.492.872</b>	<b>6.183.213</b>	<b>5.046.245</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(40.605)</b>	<b>(106.642)</b>	<b>(116.847)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(21.741)	(56.192)	(62.267)
Provisão para Contribuição Social		(18.864)	(50.450)	(54.580)
<b>RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL</b>		<b>3.452.267</b>	<b>6.076.571</b>	<b>4.929.398</b>
Juros Sobre o Capital Próprio		(1.283.947)	(1.283.947)	(1.313.388)
<b>RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>2.168.320</b>	<b>4.792.624</b>	<b>3.616.010</b>
<b>DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS NAS SOBRAS</b>		<b>(2.875.573)</b>	<b>(2.875.573)</b>	<b>(2.250.698)</b>
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social		(239.631)	(239.631)	(544.058)
Fundo de Reserva		(2.396.311)	(2.396.311)	(1.706.640)
Fundo Institucional de Relacionamento		(239.631)	(239.631)	-
<b>SOBRAS DO EXERCÍCIO</b>		<b>(707.253)</b>	<b>1.917.051</b>	<b>1.365.312</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Paulo Roberto da Silva  
Diretor Administrativo

Jefferson Limonge Souza  
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

# Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	Capital Social	(-) Capital a Realizar	Reserva de Sobras	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>16.502.137</b>	<b>(741.395)</b>	<b>1.823.784</b>	<b>744.708</b>	<b>18.329.234</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	2.785.623	(93.606)	-	-	<b>2.692.017</b>
Destinação das Sobras para Fundo de Reserva	-	-	744.708	(744.708)	-
Devolução de Capital	(1.057.632)	-	-	-	(1.057.632)
Incorporação de Juros ao Capital	1.257.891	-	-	-	<b>1.257.891</b>
Sobras	-	-	-	3.616.010	<b>3.616.010</b>
Fundo de Reserva	-	-	1.706.640	(1.706.640)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(544.058)	(544.058)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>19.488.019</b>	<b>(835.001)</b>	<b>4.275.132</b>	<b>1.365.312</b>	<b>24.293.462</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>19.488.019</b>	<b>(835.001)</b>	<b>4.275.132</b>	<b>1.365.312</b>	<b>24.293.462</b>
Integralizações/Subscrições de Capital	4.063.634	(151.096)	-	-	<b>3.912.538</b>
Incorporação de Juros ao Capital	1.221.466	-	-	-	<b>1.221.466</b>
Destinação das Sobras para a Fundo de Reserva	-	-	1.365.312	(1.365.312)	-
Devolução de Capital	(1.088.091)	-	-	-	<b>(1.088.091)</b>
Sobras	-	-	-	4.792.623	<b>4.792.623</b>
Fundo de Reserva	-	-	2.396.311	(2.396.311)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(239.631)	(239.631)
Fundo Institucional de Relacionamento	-	-	-	(239.631)	(239.631)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>23.685.028</b>	<b>(986.097)</b>	<b>8.036.755</b>	<b>1.917.050</b>	<b>32.652.736</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Paulo Roberto da Silva  
Diretor Administrativo

Jefferson Limonge Souza  
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

# Demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (em reais)

Discriminação	2º Semestre 2018	2018	2017
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(5.139.890)</b>	<b>(867.445)</b>	<b>20.216.149</b>
<b>Sobras ajustadas</b>	<b>4.419.140</b>	<b>8.395.110</b>	<b>6.177.779</b>
Sobras dos Semestres / Exercício	2.168.320	4.792.624	3.616.010
Depreciações	233.695	400.824	259.924
Amortizações	36.038	71.887	72.251
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	1.981.087	3.129.775	2.229.594
<b>(Aumento) redução nos Ativos</b>	<b>(13.711.993)</b>	<b>(34.793.100)</b>	<b>(12.719.161)</b>
Operações de Crédito	(13.783.173)	(34.584.198)	(13.093.800)
Outros Créditos	192.275	209.805	166.549
Outros Valores e Bens	(121.095)	(418.707)	208.090
<b>Aumento (redução) nos Passivos</b>	<b>4.152.963</b>	<b>25.530.545</b>	<b>26.757.531</b>
Depósitos	(2.375.850)	12.432.499	20.496.422
Recur. de Aceites Cambiais / Letras Imobiliarias	4.107.003	8.870.516	-
Relações Interfinanceiras	(294.691)	3.407.782	4.013.624
Relações Interdependências	2.002.283	669.037	1.144.637
Outras Obrigações	714.218	150.711	1.102.846
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(1.361.467)</b>	<b>(3.029.548)</b>	<b>(2.575.384)</b>
Aumento dos Investimentos	(598.999)	(1.028.272)	(943.345)
Aquisições do Imobilizado	(762.468)	(1.992.843)	(1.629.564)
Intangível	-	(8.433)	(2.475)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>2.161.152</b>	<b>3.566.651</b>	<b>2.348.218</b>
Integralizações de Capital	1.963.243	3.912.538	2.692.017
Devolução de Capital	(544.295)	(1.088.091)	(1.057.632)
FATES	(239.631)	(239.631)	(544.058)
Fundo Institucional de Relacionamento	(239.631)	(239.631)	-
Juros ao Capital	1.221.466	1.221.466	1.257.891
<b>Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e centralização financeira)</b>	<b>(4.340.206)</b>	<b>(330.342)</b>	<b>19.988.983</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	65.434.554	61.424.690	41.435.707
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre (Nota 04)	61.094.348	61.094.348	61.424.690
<b>(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(4.340.206)</b>	<b>(330.342)</b>	<b>19.988.983</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Paulo Roberto da Silva  
Diretor Administrativo

Jefferson Limonge Souza  
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

# Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 – (EM R\$)

## 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS REGIÕES SUDOESTE, SUL E OESTE DE GOIÁS - SICOOB UNISAÚDE GOIÁS é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 10/07/1998, filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO – SICOOB UNI e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB UNISAÚDE GOIÁS possui 6 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: MINEIROS - GO, JATAÍ - GO, QUIRINÓPOLIS - GO, RIO VERDE - GO e GOIATUBA - GO.

O SICOOB UNISAÚDE GOIÁS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 29/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

## 3. Resumo das principais práticas contábeis

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB UNI** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

#### i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

#### j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

#### k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

#### l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

#### n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos, de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, conforme art. 182 do mesmo Decreto.

#### o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### p) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

#### q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

#### 4. Caixa e Equivalente de Caixa

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, o Caixa e Equivalente de Caixa estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	997.750	684.006
Relações Interfinanceiras	58.956.676	60.740.684
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.139.922	-
<b>TOTAL</b>	<b>61.094.348</b>	<b>61.424.690</b>

#### 5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	1.139.922	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.139.922</b>	<b>-</b>

Refere-se a aplicação em CDI Pós-Fixado no BANCOOB com taxa de 101% do CDI.

#### 6. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Direitos Junto a Participantes de Sistemas de Liquidação	2.695	2.695
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	58.956.676	60.740.684
<b>TOTAL</b>	<b>58.959.371</b>	<b>60.743.379</b>

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

#### 7. Operações de crédito

##### a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Conta Corrente	3.741.767	-	3.741.767	206.023
Empréstimos	24.609.192	34.583.134	59.192.326	37.624.941
Títulos Descontados	4.203.358	-	4.203.358	3.041.487
Financiamentos	2.342.220	3.322.772	5.664.992	5.407.493
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	9.506.203	4.667.778	14.173.981	8.038.614
(-) Provisões para Operações de Crédito	(2.113.288)	(1.112.411)	(3.225.699)	(2.022.256)
<b>TOTAL</b>	<b>42.289.452</b>	<b>41.461.273</b>	<b>83.750.725</b>	<b>52.296.302</b>

##### b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em		Provisões	
					31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A 0,50% Normal	36.654.395	183.163	2.772.616	7.771.638	47.381.812	(236.909)	22.806.446	(114.032)
B 1,00% Normal	16.330.344	1.857.628	1.544.983	5.352.283	25.085.238	(250.852)	22.320.576	(223.206)
B 1% Vencidas	109.403	5.880	-	345.857	461.141	(4.611)	436.202	(4.362)
C 3% Normal	5.326.417	661.225	949.480	250.829	7.187.952	(215.639)	5.707.012	(171.210)
C 3% Vencidas	272.119	26.495	-	-	298.613	(8.958)	714.613	(21.438)
D 10% Normal	1.399.516	307.377	139.153	-	1.846.047	(184.605)	161.844	(16.184)
D 10% Vencidas	425.847	25.721	-	328.611	780.180	(78.018)	304.080	(30.408)
E 30% Normal	305.246	152.937	12.081	-	470.264	(141.079)	238.170	(71.451)
E 30% Vencidas	740.687	90.853	43.133	-	874.673	(262.402)	215.523	(64.657)
F 50% Normal	419.267	53.730	-	-	472.997	(236.499)	38.660	(19.330)
F 50% Vencidas	614.349	55.236	48.781	124.763	843.129	(421.564)	68.797	(34.399)
G 70% Normal	39.556	12.066	9.936	-	61.558	(43.090)	49.042	(34.329)
G 70% Vencidas	160.055	57.782	19.994	-	237.830	(166.481)	134.479	(94.135)
H 100% Normal	73.382	8.720	27.237	-	109.339	(109.339)	260.094	(260.094)
H 100% Vencidas	525.099	242.955	97.597	-	865.651	(865.651)	863.019	(863.019)
<b>Total Normal</b>	<b>60.548.124</b>	<b>3.236.846</b>	<b>5.455.487</b>	<b>13.374.750</b>	<b>82.615.206</b>	<b>(1.418.012)</b>	<b>51.581.844</b>	<b>(909.837)</b>
<b>Total Vencidos</b>	<b>2.847.559</b>	<b>504.921</b>	<b>209.505</b>	<b>799.231</b>	<b>4.361.216</b>	<b>(1.807.686)</b>	<b>2.736.714</b>	<b>(1.112.419)</b>
<b>Total Geral</b>	<b>63.395.683</b>	<b>3.741.767</b>	<b>5.664.992</b>	<b>14.173.981</b>	<b>86.976.423</b>	<b>(3.225.699)</b>	<b>54.318.558</b>	<b>(2.022.256)</b>
<b>Provisões</b>	<b>(2.266.959)</b>	<b>(501.681)</b>	<b>(258.452)</b>	<b>(198.607)</b>	<b>(3.225.699)</b>		<b>(2.022.256)</b>	
<b>Total Líquido</b>	<b>61.128.724</b>	<b>3.240.087</b>	<b>5.406.540</b>	<b>13.975.375</b>	<b>83.750.725</b>		<b>52.296.302</b>	

##### c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	3.741.767	-	-	3.741.767
Empréstimos	7.427.935	17.181.257	34.583.134	59.192.326
Títulos Descontados	3.831.644	371.713	-	4.203.357
Financiamentos	725.888	1.616.332	3.322.771	5.664.991
Financiamentos Rurais	4.481.128	5.025.076	4.667.778	14.173.982
<b>TOTAL</b>	<b>20.208.361</b>	<b>24.194.377</b>	<b>42.573.683</b>	<b>86.976.423</b>

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	482	1.307.745	116.222	-	1.424.449	2%
Setor Privado - Serviços	1.357.050	25.260.172	1.361.513	-	27.978.738	32%
Pessoa Física	2.384.232	38.217.555	2.725.622	14.173.981	57.501.390	66%
Outros	3	71.845	-	-	71.848	0%
<b>TOTAL</b>	<b>3.741.767</b>	<b>64.857.317</b>	<b>4.203.357</b>	<b>14.173.981</b>	<b>86.976.423</b>	<b>100%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	2.022.256	2.898.149
Constituições / Reversões	2.820.145	2.112.797
Transferência para prejuízo	(1.616.702)	(2.988.690)
<b>TOTAL</b>	<b>3.225.699</b>	<b>2.022.256</b>

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	2.543.433	3%	1.928.077	4%
10 Maiores Devedores	19.149.153	22%	10.627.952	19%
50 Maiores Devedores	40.930.495	47%	25.184.792	46%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	9.810.001	8.307.063
Valor das Operações Transferidas para Prejuízo	1.616.702	2.988.690
Valor Recuperado do Prejuízo no Período	(1.313.223)	(1.485.752)
<b>TOTAL</b>	<b>10.113.480</b>	<b>9.810.001</b>

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2018 a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 8.260.250,10 compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

8. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
<b>Circulante</b>	<b>655.845</b>	<b>887.493</b>
Avais e Fianças Honrados	237.683	417.981
Rendas a Receber	323.424	350.768
Diversos	269.251	511.667
Adiantamentos e Antecipações Salariais	20.527	29.559
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	352	2.877
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	17.500	17.500
Impostos e Contribuições a Compensar	639	-
Pagamentos a Ressarcir	11.544	11.371
Títulos e Créditos a Receber	136.796	145.218
Devedores Diversos - País	81.893	55.142
(-) Provisões para Outros Créditos (I)	(174.514)	(392.923)
<b>Não Circulante</b>	<b>73.279</b>	<b>51.436</b>
Depósitos Judiciais / Recursais	73.279	51.436
<b>TOTAL</b>	<b>729.124</b>	<b>938.929</b>

(I) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio	506.152	241.661
Despesas Antecipadas	276.831	122.615
<b>TOTAL</b>	<b>782.983</b>	<b>364.276</b>

(I) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(II) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB UNI e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	5.720.977	4.783.630
Participações inst financ controlada coop crédito	497.186	406.261
<b>TOTAL</b>	<b>6.218.163</b>	<b>5.189.891</b>

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (I)	688.658	1.552.983	
Edificações	157.821	174.321	
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(15.519)	(11.877)	4%
Instalações	2.377.596	323.292	
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(217.414)	(115.749)	10%
Móveis e equipamentos de Uso	805.781	511.309	
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(239.890)	(216.416)	10%
Sistema de Comunicação	68.769	52.381	
Sistema de Processamento de Dados	1.187.440	802.808	20%
Sistema de Segurança	279.955	230.550	10%
Sistema de Transporte	165.890	165.890	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(877.906)	(680.327)	20%
<b>TOTAL</b>	<b>4.381.181</b>	<b>2.789.162</b>	

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

## 12. Intangível

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativos Intangíveis	378.766	370.333
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(311.032)	(239.145)
<b>TOTAL</b>	<b>67.734</b>	<b>131.188</b>

## 13. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas com base no prazo final das operações, sendo que as rendas futuras, na data dos demonstrativos contábeis, são apresentadas em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017	Taxa média
Depósito à Vista	23.493.443		18.106.209	
Depósito a Prazo	76.707.425	0,45 CDI	69.662.160	0,49 CDI
<b>TOTAL</b>	<b>100.200.868</b>		<b>87.768.369</b>	

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	18.353.707	17%	11.673.615	13%
10 Maiores Depositantes	42.375.273	38%	34.373.698	39%
50 Maiores Depositantes	68.297.663	62%	59.184.387	67%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos a Prazo	(4.573.924)	(5.222.598)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(247.507)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(157.832)	(130.934)
<b>TOTAL</b>	<b>(4.979.263)</b>	<b>(5.353.532)</b>

## 14. Recursos de Aceites Cambiais/ Letras Imobiliárias

São obrigações representadas por letras de crédito do agronegócio emitidas pela instituição, segregada nos subtítulos contábeis conforme a data de emissão para fins de apuração da base cálculo da contribuição ao FGC.

Descrição	31/12/2018	Taxa média	31/12/2017
Obrigações por Emissão LCA - Pós-Fixada	8.870.516	0,42 CDI	-
<b>TOTAL</b>	<b>8.870.516</b>		<b>-</b>

## 15. Repasses Interfinanceiros

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	10.104.683	6.520.127
(-) Despesa a apropriar Bancoob	(670.958)	(494.184)
<b>TOTAL</b>	<b>9.433.725</b>	<b>6.025.943</b>
Circulante	5.393.299	3.482.856
Não-Circulante	4.040.426	2.543.087

## 16. Relações Interdependências

Os valores abaixo referem-se a cobranças em trânsito e obrigações com cheques administrativos.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cobrança de Terceiros Em Trânsito	571	571
Ordens de Pagamento	1.996.000	1.572.750
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	6.689	533
<b>TOTAL</b>	<b>2.003.260</b>	<b>1.573.854</b>

## 17. Outras Obrigações

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IOF a recolher (I)	22.341	16.879
Operações com Títulos e Valores Mobiliários (II)	46	150
<b>TOTAL</b>	<b>22.387</b>	<b>17.029</b>



(I) São alocados nesta conta as provisões dos Impostos sobre operações Financeiras (IOF), que são recolhidas a cada decêndio.

(II) São alocados nesta conta o IOF das aplicações e regaste em RDC.

#### b) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (I)	28	341.334
Outros (II)	239.631	-
Resultado de Atos com Não Associados	240.007	202.730
Cotas de Capital a Pagar	862.245	728.586
<b>TOTAL</b>	<b>1.341.911</b>	<b>1.272.650</b>

(I) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) O Fundo Institucional de Relacionamento – FIRE, criado conforme ata nº 32 de 12/04/2018 Assembleia Geral Ordinária, é constituído e formado por 5% das sobras líquidas do exercício e por eventuais doações e/ou patrocínios recebidos, e seus recursos serão destinados à prestação de assistência aos associados e colaboradores da Cooperativa.

#### c) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	305.167	270.187
<b>TOTAL</b>	<b>305.167</b>	<b>270.187</b>

#### d) Diversos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos (I)	150	-
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (II)	86.430	188.071
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (III)	300.800	442.853
Provisão para Pagamentos a Efetuar (IV)	1.074.804	1.049.661
Provisão para Demandas Judiciais (não circulante) (V)	45.735	79.192
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (VI)	492.080	87.435
Credores Diversos - País (VII)	196.383	68.427
<b>TOTAL</b>	<b>2.196.382</b>	<b>1.915.639</b>

(I) Refere-se à liberação de troco de Repactuação de Crédito Pessoal a ser creditado para o cooperado.

(II) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(III) Refere-se a saldo de conta salário.

(IV) Refere-se à provisão para pagamento de despesas com Pessoal, seguro prestamista e outras provisões. (Férias e Encargos)

(V) Refere-se a provisão de processos prováveis trabalhistas e cíveis (vide Nota 31).

(VI) Refere-se à provisão das coobrigações sobre limites utilizados dos cartões de crédito.

(VII) Refere-se a pagamentos a serem processados.

#### 18. Instrumentos financeiros

O SICOOB UNISAÚDE GOIÁS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

#### 19. Patrimônio líquido

##### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	22.698.931	18.653.018
Associados	5.106	4.635

##### b) Reserva de Sobras

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

##### c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12/04/2018, os cooperados deliberaram pelo aumento do fundo de reserva com sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.365.312 representando 100% das sobras do exercício de 2017.

#### d) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	4.792.623	3.616.010
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	(202.732)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	4.792.623	3.413.278
Destinações Estatutárias	(2.875.573)	(2.047.966)
Fundo de Reserva - 50%	(2.396.311)	(1.706.640)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(239.631)	(341.326)
Fundo Institucional de Relacionamento 5%	(239.631)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	<b>1.917.050</b>	<b>1.365.312</b>

#### e) Resultado de atos não cooperativos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita de Prestação de Serviços</b>	<b>446.280</b>	<b>823.480</b>
Despesas Específicas de Atos não Cooperativos	(84.022)	(199.904)
Despesas Apropriadas na Proporção das Receitas de Atos não Cooperativos	(135.603)	(396.699)
Adições e Exclusões ao Resultado não Operacional	(315.509)	92.702
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(88.854)</b>	<b>319.579</b>
( - ) Despesa de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	(56.192)	(62.267)
( - ) Despesa de Contribuição Social Sobre o Lucro	(50.450)	(54.580)
<b>Resultado de Atos Não Cooperativos (Lucro Líquido)</b>	<b>(195.496)</b>	<b>202.732</b>

#### 20. Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	62.335	73.619
Rendas de Empréstimos	16.483.182	12.306.473
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	947.453	1.001.789
Rendas de Financiamentos	1.021.014	2.295.780
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	100.478
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	629.974	222.579
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	331.011	175.538
Rendas de Financ. Rurais - Aplic. Recursos Direcionados da Poupança Rural	415.077	55.675
Rendas Fin Rurais Apl Com Recursos Direc De Lca	2.403	343
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	136.575
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.453.394	1.111.590
Rendas Aplicações Fundos Investimento	64.437	-
<b>TOTAL</b>	<b>21.410.280</b>	<b>17.480.439</b>

#### 21. Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Pessoal - Benefícios	827.643	647.743
Despesas De Pessoal - Encargos Sociais	1.322.348	1.172.632
Despesas De Pessoal - Proventos	3.441.480	3.051.352
Despesas De Pessoal - Treinamento	26.957	10.079
Despesas De Remuneração De Estagiários	108.888	79.718
Despesas De Honorários	1.414.710	1.164.383
<b>TOTAL</b>	<b>7.142.026</b>	<b>6.125.907</b>

#### 22. Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Água, Energia e Gás	188.929	153.031
Despesas de Alugueis	813.196	673.701
Despesas de Comunicações	374.884	340.264
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	277.905	257.678
Despesas de Material	53.841	76.658
Despesas de Processamento de Dados	650.287	599.621
Despesas de Promoções e Relações Públicas	207.429	137.230
Despesas de Propaganda e Publicidade	72.199	99.539
Despesas de Publicações	4.050	2.036
Despesas de Seguros	81.230	99.687
Despesas de Serviços Do Sistema Financeiro	770.251	592.114
Despesas de Serviços de Terceiros	187.480	122.358
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	399.411	436.166
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	289.110	215.986
Despesas de Transporte	414.852	428.697
Despesas de Viagem Ao Exterior	661	-
Despesas de Viagem No País	59.561	82.249
Outras Despesas Administrativas	1.792.238	1.155.267
Despesas de Amortização	71.887	72.251
Despesas de Depreciação	400.824	259.924
Despesas de Provisões Passivas	134.185	72.961
<b>TOTAL</b>	<b>7.244.408</b>	<b>5.877.420</b>

#### 23. Outras Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas	496.585	358.721
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.957.097	5.083.915
Dividendos	45.367	41.548
Crédito Receita Sipag - Faturamento	87.213	15.564
Crédito Receita Sipag - Antecipação	206.205	36.116
Juros Ao Capital	324.826	-
Outras Rendas Operacionais	232.231	422.455
<b>TOTAL</b>	<b>5.353.228</b>	<b>5.958.319</b>

#### 24. Outras Despesas Operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Perdas - Fraudes Externas	3.096	-
Perdas - Demandas Trabalhistas	18.378	64.103
Perdas - Práticas Inadequadas	6.070	47.829
Perdas - Falhas Em Sistemas De Ti	-	650
Descontos Concedidos - Operações De Crédito	171.849	68.277
Bonificação De Seguro Prestamista	22.824	52.250
Multa E Juros Diversos	1.130	1.348
Tarifas Consultas/Saques Cirrus Cabal	226	105
Cancelamento - Tarifas Pendentes	324.930	308.458
Isenção De Juros - Cheque Especial Plus	3	-
Repasse De Convênios	-	150
Descontos Concedidos - Oper Créd - Crédito Pessoal	1.018	237
Outras Despesas Operacionais	45.074	20.129
Estorno Juros Mora - Oper Crédito - Rpl	1.909	52
Contrib. Mensal Ao Fundo De Desenvolvimento Sicoob	119.550	115.091
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	1.613	3.803
Contrib. Ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	849	2.089
Contrib. Ao Fundo Tecnologia Da Informação	-	41
Contribuição Ao Fundo De Estabilidade E Liquidez	22.699	-
<b>TOTAL</b>	<b>743.643</b>	<b>684.611</b>

## 25. Resultado não Operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucros Na Alienação De Valores E Bens	-	123.962
Ganhos de Capital	10.599	42.609
Perdas de Capital	(62.727)	(39.279)
Despesas De Provisões Não Operacionais	-	(34.590)
<b>TOTAL</b>	<b>(52.126)</b>	<b>92.702</b>

## 26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	9.875	0,01%	2,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.795.416	1,58%	9.632
<b>TOTAL</b>	<b>2.805.291</b>	<b>1,59%</b>	<b>9.634</b>
<b>Montante das Operações Passivas</b>	<b>21.792.632</b>	<b>17,43%</b>	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	21.129	382	1%
Conta Garantida	48,42	0,48	0%
Empréstimo	979.052	8.863	2%
Financiamento	401.802	2.630	7%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos à Vista	466.964	2%	0%
Depósitos a Prazo	7.409.950	8,66%	0,47%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	2,2% a.m	de 0,89% a.m + CDI até 5,5% a.m
Financiamento	1,58% a.m	de 1,33% a.m + CDI até 2,86% a.m
Aplicação Financeira – Pós-Fixada	91,48% CDI	de 89% CDI até 99% CDI
<b>PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018</b>		
CPR (física, financeira, coobrigações)		
Empréstimos e Financiamentos		1,59%
Títulos Descontados e Cheques Descontados		0,01%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	6.276.432

e) No exercício de 2018 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

<b>BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)</b>	
Cédula De Presença - Conselho Fiscal	145.200
Honorários	791.230
Cédula De Presença - Diretoria E Conselho De Administração	431.500
Gratificações Da Diretoria	46.780
<b>TOTAL</b>	<b>1.414.710</b>

## 27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS REGIÕES SUDOESTE, SUL E OESTE DE GOIÁS - SICOOB UNISAÚDE GOIÁS, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO - SICOOB UNI, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB UNI é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB UNI a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB UNISAÚDE GOIÁS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB UNI** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB UNI**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo</b>		
Centralização Financeira	58.959.371	60.740.684
Investimentos	6.218.163	5.189.891

## 28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

### 28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

### 28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

### 28.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

### 28.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

### 28.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

## 28.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

## 29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	31.779.533	24.236.800
Capital Principal – CP	12.744.147	5.002.307
Nível I	12.744.147	6.074.230
Índice de Basileia %	29,92%	33,92%
Razão de Alavancagem (RA) %	18,65%	18,11%
Índice de imobilização %	13,79%	11,82%

## 31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Demandas Contingenciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Contingenciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	73.279	33.457	51.436
Outros	45.735	-	45.735	-
<b>TOTAL</b>	<b>45.735</b>	<b>73.279</b>	<b>79.192</b>	<b>51.436</b>

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB UNISAÚDE GOIÁS**, existem 13 processos judiciais, de natureza Civil e Trabalhista, nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 992.305,09.

RIO VERDE-GO, 31 de dezembro de 2018.

\_\_\_\_\_  
Paulo Roberto da Silva  
Diretor Administrativo

\_\_\_\_\_  
Jefferson Limonge Souza  
Diretor Financeiro

\_\_\_\_\_  
Emerson Gomes Figueiredo  
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

# Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis.

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da  
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás  
Sicoob Unisaúde Goiás - Rio Verde/GO

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão das Regiões Sudoeste, Sul e Oeste de Goiás – Sicoob Unisaúde Goiás, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Unisaúde Goiás em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 1º de março de 2019.

Nestor Ferreira Campos Filho  
Contador CRC DF – 013421/O-9  
CNAI 1727

# Parecer do Conselho Fiscal.



Examinamos o balanço patrimonial da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DAS REGIÕES SUDOESTE, SUL E OESTE DE GOIÁS - SICOOB UNISAÚDE GOIÁS, levantado em 31 de dezembro de 2018 e a respectiva demonstração do resultado (sobras), demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, relatório da Administração, notas explicativas e o parecer da auditoria independente, correspondentes ao exercício de 2018, elaborados sob a responsabilidade da administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis auditadas.

1. Balanço Patrimonial: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Cooperativa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; (d) nos relatórios de Auditoria Interna elaborados no exercício pela Central; e (e)

o parecer de Auditoria Independente formulado pela CNAC- (Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa) Auditores Independentes, datado de 01 de março de 2019.

2. Das Atividades durante o Exercício: (a) Atividades fiscalizadoras durante todo o exercício social, substanciadas nas reuniões mensais deste Conselho de rito ordinário e/ou extraordinário, conforme respectivas atas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis pertinentes; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas, adotadas pela administração da Cooperativa; e (d) os esclarecimentos apresentados por prepostos da Administração.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2018, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, motivo porque somos favoráveis à sua aprovação.

**Rio Verde – Goiás, 08 de março de 2019.**

José Edward Barberato  
Conselheiro efetivo

Leônia Garcia Martins Teles  
Conselheira efetiva

Luiz Osmar Cruvinel do Couto  
Conselheiro efetivo

# Nossas Agências

## Sede

Rua Rui Barbosa esq. Praça 5 de Agosto,  
Centro - Rio Verde/GO - CEP: 75.901-250  
Tel: (64) 3623-5005

## Bairro popular

Rua 72, Nº 781, Bairro Popular  
Rio Verde/GO - CEP: 75.903-460  
Tel: (64) 3623-2568

## Unidade Administrativa (UAD)

Rua 05, Qd. G, Lt. 01, Jardim Brasília  
Rio Verde/GO - CEP: 75.906-277  
Tel: (64) 3623-5259

## Goiatuba

Av. Amazonas, nº 527, Quadra 61, Lote 4  
Centro - Goiatuba/GO - CEP: 75.600-000  
Tel: (64) 3495-6278

## Jataí

Av. Rio Claro, Nº 920  
Jataí/GO - CEP: 75.803-063  
Tel: (64) 3631-0725

## EM BREVE

## Santa Helena de Goiás

Rua Pedro Romualdo Cabral, nº 838  
Centro - Santa Helena de Goiás/GO  
CEP: 75920-000  
Tel: (64) 3614-1755

## Mineiros

2ª Avenida, Nº 99, Bairro Machado  
Mineiros/GO - CEP: 75.830-000  
Tel: (64) 3661-6202

## Quirinópolis

Av. Brasil, Nº 319, Centro  
Quirinópolis/GO - CEP: 75.860-000  
Tel: (64) 3651-3965

